

ACTA DA DÉCIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)

--- Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados.-----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 20.15 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Armindo Castelo Bento, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Victor Manuel Marques Damião, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, José Joaquim de Jesus Braz, Paulo Martinho Cardoso, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, Isabel Maria Pinto de Almeida, Célia Maria Azevedo Reis, Paulo Francisco Espírito Santo, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, José Domingos dos Santos, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, Adelino Cruz, José Francisco Dias Nunes, António Jesus Cunha, Rogério Mendes Coito, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado e Dúnia Rosale Viegas da Palma.-----

--- Faltou à reunião o senhor Deputado António Maria de Almeida Calado Maia.-

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

Período «Antes da Ordem do Dia»-----

Período da «Ordem do Dia»:-----

1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----

2 - Águas do Ribatejo – Ponto de Situação;-----

3 - Apreciação e Votação da Primeira Revisão do Orçamento e Grandes
Opções do Plano. -----

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à presente sessão, dando as boas vindas aos presentes e apelando à colaboração de todos, para tentarem fazer o período da ordem do dia no período que está estipulado.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, afirmado que tinha recebido um ofício da senhora Presidente da Assembleia da CULT a solicitar a indicação de um membro do Bloco de Esquerda, para fazer parte da comissão de acompanhamento do PROT. A senhora Deputada quis saber em que plano se enquadra essa comissão de acompanhamento. Se fosse no âmbito do artigo 56º da Legislação, que enquadra os Planos de Ordenamento, e tendo em conta que os PROT's são mandados elaborar pelas CCDR's, a senhora Deputada lembrou que era funcionária da CCDR-LVT, pretendendo por isso saber se efectivamente havia alguma incompatibilidade em integrar essa comissão. Isto para que posteriormente não viessem a ser levantados problemas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Santos Coelho (CDU)**, questionando a Assembleia sobre a rede ADSL. Lembrou que há cerca de um ano atrás tinha trazido à Assembleia o mesmo problema, porque há várias zonas do concelho de Coruche em que a rede por cabo não é a mais acessível. Os cabos estão instalados na rede, mas não há o equipamento complementar que permita o acesso a essa comunicação. Lembrou que, na altura, foi aceite

pela Mesa que iria ser feito um levantamento da situação nos diversos Concelhos sobre as áreas não cobertas. No entanto, em Coruche a situação mantém-se tal e qual como na altura em que trouxe a questão à Assembleia da CULT. Perguntou, assim, à Mesa se tinha sido avançado algum trabalho. Caso a resposta fosse afirmativa, queria saber as conclusões a que se tinha chegado. O senhor Deputado prosseguiu, colocando uma segunda questão, que teve a ver com a Estrada Nacional 251, que atravessa o Concelho de Coruche no sentido nascente – poente, ligando depois ao concelho do Montijo. Recordou que no início do ano de 2006 foi lançado um concurso para beneficiação do troço dessa estrada, desde o cruzamento do Monte da Barca até ao Concelho de Mora, ficando a outra parte, cerca de 17 quilómetros que vão do cruzamento da Quinta Grande até Canha, o troço em pior estado, fora desse concurso de beneficiação. A população da Malhada Alta, uma aldeia com cerca de 250 habitantes que é servida por essa estrada, sendo a mesma a única estrada que tem acesso a muitas localidades, nomeadamente à Sede do Concelho, fez um abaixo-assinado no dia 29 de Abril, entregue na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal de Coruche. Estes dois órgãos fizeram chegar o abaixo-assinado a todas as entidades – Direcção de Estradas, Instituto de Estradas de Portugal, Governador Civil do Distrito de Santarém, Grupos Parlamentares, Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações -, que de algum modo poderiam interferir nesta situação. Todas responderam e pareceram ter ficado muito sensibilizadas. Seguidamente, em Junho de 2006, os promotores do abaixo-assinado foram recebidos pelo Director de Estradas, que os remeteu para o ano de 2007, dizendo que a situação estava identificada, que era uma prioridade para a Direcção de Estradas e que durante o ano de 2007 iria tentar que a estrada fosse reparada. Em Janeiro de 2007, o senhor Deputado disse ter efectuado um telefonema ao senhor Director de Estradas, que lhe disse que a situação estava tal e qual como tinha confirmado em Junho. De acordo com o senhor Deputado, é muito estranho o facto de uma Direcção de Estradas chegar ao final de Janeiro sem ter o seu orçamento previsto para o

ano que então se inicia. O senhor Director de Estradas solicitou que o senhor Deputado telefonasse no mês seguinte, mas, segundo o senhor Deputado, a partir dessa data todos os telefonemas caíram em saco roto, uma vez que o senhor Director de Estradas ou não estava ou estava em reunião. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que tinha sabido há pouco tempo, por uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal de Coruche, que a situação estava tal e qual como estava há um ano. Portanto, não há de momento qualquer verba destinada à reparação daquela estrada. O senhor Deputado frisou que a estrada não tem condições de circulação e os acidentes sucedem-se. Parecia ter havido sensibilização para o problema, mas o facto é que não houve qualquer avanço. Referiu ainda que, cerca de 15 dias antes, o senhor Governador Civil do Distrito de Santarém, Dr. Paulo Fonseca, numa entrevista à Rádio Voz do Sorraia, afirmou que não tinha conhecimento de qualquer abaixo-assinado que tivesse sido feito em relação àquela estrada. Há um ano prometeu que ia envidar todos os esforços para que a estrada fosse reparada em 2008. Passado um ano, na opinião do senhor Deputado, a amnésia do senhor Governador é tão grande que diz que nunca recebeu qualquer abaixo-assinado vindo da população que é servida por aquela estrada. Portanto, o senhor Deputado solicitou à Mesa e aos eleitos da Assembleia que da presente sessão saísse alguma posição para, junto dessas entidades, se voltar a alertar para o problema, porque parece que tudo aquilo que era prioritário há um ano atrás caiu no esquecimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, para levantar uma questão que tinha já sido levantada em Assembleia anterior. O senhor Deputado pretendeu saber qual o ponto da situação do IC3, a ligação do troço Almeirim – A23 para Alpiarça, Chamusca e Entroncamento, tendo em atenção a importância para o desenvolvimento da região deste troço e também para o transporte dos resíduos perigosos após início do funcionamento dos CIRVERS, que são equipamentos que vão prestar um serviço muito importante ao país. Como tal, de acordo com o senhor Deputado, a construção deste IC é

de importância fundamental. Sendo assim, quis saber que diligências já foram feitas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca (BE)**, dizendo que tinha sido entregue à Mesa uma moção relativamente à questão do Aeroporto Internacional de Lisboa e às modificações e alterações que estão neste momento a decorrer em todo o processo. Prosseguiu dizendo que da parte da Junta da CULT só tinha conhecimento de uma posição, salvo erro de Abril, em favor do Aeroporto ser construído na Ota. Dado o recuo do Governo e a possível localização do Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, o senhor Deputado quis saber qual a posição da Junta da CULT sobre este assunto, uma vez que, na opinião do senhor Deputado, é muito importante que a CULT tome uma posição sobre o assunto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, lembrando que há cerca de um anos atrás, a CDU apresentou uma moção sobre a situação que se estava a passar na fábrica da OPEL na Azambuja. Passado um ano, a situação dos trabalhadores nesta fábrica agravou-se e, uma vez que Azambuja é um dos concelhos que faz parte da Junta da CULT, o senhor Deputado quis saber se foi feito algum esforço por parte da CULT na tentativa de arranjar solução para a integração destes trabalhadores.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, sugerindo novamente a compra de um hidrofone pela parte da CULT. O senhor Deputado mencionou um estudo efectuado em 197 Câmaras do País, que mostra que mais de um quarto da água de distribuição de rede pública do país é desperdiçada. O estudo mostra também que a grande maioria das autarquias afirma desconhecer a percentagem de fuga das águas. O mesmo estudo concluiu que as grandes falhas na gestão dos recursos hídricos por parte das autarquias portuguesas se centram sobretudo no excesso de fugas de água. O senhor Deputado lembrou que, uma vez que este é um bem tão precioso, tinha sido anteriormente sugerido que este aparelho fosse adquirido à partida pelas Águas do Ribatejo. Como a situação da Águas do Ribatejo continua em atraso,

o senhor Deputado sugeriu à CULT a aquisição desse aparelho, porque as 11 câmaras associadas passariam assim a beneficiar desde já de um bem tão precioso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, afirmando que o PSD iria apresentar na presente sessão um Voto de Protesto relativo à forma como está a decorrer a construção das acessibilidades aos CIRVER na Chamusca. Seguidamente lembrou uma situação ocorrida no Jornal Almeirinese, onde saiu um anúncio que lhe suscitou algumas dúvidas. O senhor Deputado referiu que o anúncio tinha uma chancela da Câmara Municipal de Almeirim, uma chancela da CULT, sendo Almeirim um Concelho integrante da CULT, continha uma parte que falava sobre obras no Concelho de Almeirim e depois outra parte que mencionava o Aeroporto da Ota e a presença do senhor Presidente da Junta da CULT e Presidente da Câmara de Almeirim nesse evento. Por isso mesmo, tal suscitou ao senhor Deputado algumas dúvidas. Na opinião do senhor Deputado, pareceu-lhe primeiro que tudo um pouco imprudente estar nesta altura a colocar um anúncio onde o senhor Presidente da Câmara de Almeirim e Presidente da Junta da CULT se pronuncia a favor de um aeroporto ou outro, dado que aeroporto até pode ficar na Lezíria do Tejo. Uma das hipóteses em escolha é exactamente na Lezíria do Tejo, na Freguesia de Samora Correia, Concelho de Benavente. Depois, o senhor Deputado disse ter ficado baralhado com o facto do anúncio, com a chancela da Câmara Municipal de Almeirim, Concelho integrante da CULT, mencionar “o Presidente da Câmara de Almeirim, na plateia (primeiro à esquerda) e também da Lezíria – CULT, procura ser intérprete do interesse da maioria”. O senhor Deputado quis saber, havendo esta dualidade de presença, quem é que pagou o anúncio. Na opinião do senhor Deputado estão a matar-se dois coelhos de uma só cajadada e não deveria haver mistura relativamente às duas situações.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando, em primeiro lugar, à senhora Deputada Isabel Almeida,

do Bloco de Esquerda, que, com a maior brevidade, pusesse por escrito à Mesa a questão que colocou, para se poder responder com toda a objectividade. Quanto às questões suscitadas pelo senhor Deputado Manuel Coelho, da CDU, dizendo que foi aceite pela Mesa fazer o levantamento da situação da cobertura do ADSL nos vários Concelhos, a senhora Presidente da Assembleia da CULT referiu não ter a acta presente, mas recordou que a Junta da CULT, através do Projecto Ribatejo Digital, ficou com o compromisso de fazer esse levantamento. Rectificou, assim, a intervenção do senhor Deputado, dizendo que não foi a Mesa da Assembleia da CULT que ficou com esse compromisso. Solicitou também ao senhor Deputado Manuel Coelho, bem como a todos os presentes, que, quando referissem terceiros que não estão na sala, que o fizessem com toda a lisura. Solicitou a todos que se abstivessem de fazer comentários sobre a amnésia de a, b ou c, para que se possam levar com toda a dignidade as sessões deste órgão, que é um órgão legítimo, democrático e digno. A senhora Presidente da Assembleia da CULT prosseguiu sugerindo que, no que toca à EN 251, os contactos fossem feitos com o Presidente do Município. Lembrou no entanto que a Junta da CULT com certeza que teria oportunidade de responder a esta questão. Frisou também que se à Mesa fosse suscitada qualquer diligência, com certeza que tomaria em conta o solicitado ou o aprovado em sede da Assembleia da CULT e procederia em conformidade com o aprovado. A senhora Presidente da Assembleia da CULT passou de seguida a palavra à Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, começando por referir o problema do IC3 e afirmando que efectuou uma diligência pessoal cerca de um mês antes para conhecer o ponto da situação. Afirmou que o que lhe foi respondido foi que o Estudo Prévio estava para ser enviado ao Ministério do Ambiente, devendo já estar na posse desse Ministério, no sentido do Estudo de Impacto Ambiental entrar em processo de inquérito público e a definição do itinerário ser efectuada por parte do Ministério do Ambiente. Para este período está previsto cerca de

sete meses. Depois de decorridos estes sete meses, o Ministério aprovará o itinerário e passar-se-á a projecto de execução. Neste momento, deve estar a iniciar-se este período de apreciação pelo Ministério do Ambiente e brevemente colocar-se-á em inquérito público. Em relação ao Aeroporto da Ota, o senhor Presidente da Junta da CULT começou por dizer que julgava que era Presidente da Junta da CULT por ser Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, não estando a desempenhar este lugar como qualquer cidadão comum. De outra maneira não pertenceria à CULT nem teria sido escolhido pelos colegas Presidentes de Câmara para presidir à Junta da CULT. Portanto, na opinião do senhor Presidente da Junta da CULT, é perfeitamente natural que na notícia, que foi publicada e paga pela Câmara de Almeirim, relacionada com os dois órgãos, é natural que enquanto Presidente dos dois órgãos os foque, porque a acção que está referida no jornal decorreu num município que pertence à CULT, o município de Azambuja, e foi uma acção de informação. O senhor Presidente da Junta da CULT lembrou que nessa notícia não tomou posição por nenhuma opção. Aliás, naquela altura apenas estava em discussão praticamente a localização do Aeroporto na Ota. Isto porque as alternativas que estavam a ser postas nem sequer eram suficientemente fundamentadas para serem encaradas de uma forma séria. O senhor Presidente da Junta da CULT lembrou, entretanto, que a CULT tem obrigação de acompanhar estudos promovidos pelo Governo, como o PNROT (de âmbito nacional) e o PROT (de âmbito regional), porque nomeadamente o PROT é um estudo que diz respeito ao Oeste e ao Vale do Tejo, do qual faz parte a Lezíria, e estão a ser elaborados no pressuposto de que o Aeroporto se localiza na Ota. Só muito recentemente, depois da notícia mencionada pelo senhor Deputado João Lopes, surgiu a hipótese Alcochete. A partir dessa hipótese, o Governo entendeu ter algum período de expectativa e de apreciação desta hipótese, não tendo havido, na opinião do senhor Presidente da Junta da CULT, um recuo por parte do Governo. Adiantou ainda que no dia anterior praticamente todos os Presidentes de Câmara da CULT tinham estado numa reunião de apreciação

dos trabalhos do Plano Regional de Ordenamento do Território e esse estudo continua a ser discutido no pressuposto de que o Aeroporto vai ser feito na Ota. Disse, no entanto que é evidente que esta hipótese será com certeza reequacionada se a opção for a de Alcochete. Nessa altura, a CULT tomará também uma posição que seja a mais válida. O senhor Presidente da Junta da CULT prosseguiu dizendo que, como Presidente da Junta, a posição que vier a tomar será aquela que mais interessar à maioria. Adiantou ainda não rejeitar o facto de ter aparecido naquela acção e noutras, porque tem que se informar suficientemente para poder contribuir para as discussões que a CULT vier a ter sobre este tema ou sobre outro qualquer que tenha que ser discutido no seio da Comunidade Urbana. Em relação à OPEL de Azambuja, referiu que oportunamente a Junta aprovou uma moção de apoio ao movimento dos trabalhadores da OPEL e alguns dos Presidentes de Câmara participaram mesmo em manifestações. Em relação à compra de equipamento, mencionado pelo senhor Deputado José Nunes, registou a sugestão efectuada, a qual será discutida no seio da Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, dizendo saber que há um ano a Assembleia da CULT até aprovou uma moção apresentada pela CDU, no seguimento da moção apresentada pela Junta sobre a situação dos trabalhadores e a preocupação em relação à fábrica da OPEL de Azambuja. Lembrou também que a CDU manifestou o seu agrado pela posição da Junta. O senhor Deputado disse que a questão que tinha colocado era se um ano depois já estavam todos descansados. Quis saber em que é que a Junta contribuiu, um ano depois, para a situação dos trabalhadores da OPEL de Azambuja.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, sugerindo que pudesse a Junta da CULT solicitar informação ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e ao Ministério da Economia sobre o andamento do processo. A senhora Presidente da Assembleia da CULT afirmou que o caso tem sido com certeza acompanhado e, caso os senhores Deputados façam questão em ter conhecimento dele, poderá ser solicitado pela

Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, voltando a questionar sobre qual a posição da Junta da CULT relativamente à questão do Aeroporto da OTA, dado que em 10 de Abril de 2007 a Junta tomou uma posição clara sobre o assunto. Quis então saber qual era a posição da Junta depois dos últimos desenvolvimentos sobre o novo aeroporto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, afirmando que a Junta da CULT acompanhou todos os estudos que foram feitos e é isso que fundamentalmente interessa à Junta, ou seja, todos os estudos que foram feitos tendo como base o Aeroporto da Ota, porque foram esses os pressupostos lançados pelo Governo. Se outras alternativas válidas surgirem, a Junta da CULT participará também nas sessões de trabalho que houverem.-----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se de seguida à discussão e votação das moções apresentadas na presente sessão. A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, informou que entraram na Mesa até ao início da presente sessão três documentos: uma saudação à greve geral, entregue pelos eleitos da CDU, uma moção com título “Aeroporto Internacional de Lisboa”, entregue pelo Bloco de Esquerda, e um Voto de Protesto, entregue pelo PSD. De uma análise breve destes três documentos, a senhora Presidente propôs que se retirasse o Voto de Protesto do PSD, pelo facto de no último parágrafo haver uma incorrecção, que passou a ler “solicitamos à Mesa da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo que se este Voto de Congratulação for aprovado, o mesmo seja enviado a...”. De acordo com a senhora Presidente, não faz sentido ser um Voto de Protesto e estar posteriormente a propor-se uma congratulação. Portanto propôs a retirada deste Voto de Protesto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, afirmando que de facto existia um lapso onde era referido “Voto de Congratulação”, mas bastaria riscar “Congratulação” e substituir por “Protesto”, nada interferindo no restante

texto. De acordo com o senhor Deputado, não seria um formalismo que iria interferir naquele que era o objectivo do Voto de Protesto que tinha a ver com os CIRVER e o IC3.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que o seu problema não era fazer uma emenda ao documento que os senhores Deputados do PSD entregaram. A senhora Presidente explicou que não conseguia perceber se os senhores Deputados estão tristes ou contentes. Se se trata de um voto de protesto ou se estão a pedir à Assembleia que vote uma congratulação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o Deputados do PSD estavam um pouco tristes pelas palavras que a senhora Presidente utilizou relativamente ao documento. De acordo com o senhor Deputado, o documento é relativamente claro. É um Voto de Protesto relativamente àquilo que não tem acontecido no que toca à instalação dos CIRVER.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que não estava em discussão o conteúdo do documento, mas uma questão formal. Questionou o que iria votar a Assembleia: um Voto de Protesto ou um Voto de Congratulação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o que a Assembleia iria votar era um Voto de Protesto.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, concluindo que o PSD apresentou um documento com um lapso, que solicitou que fosse rectificado, retirando a palavra “Congratulação” e colocando no seu lugar a palavra “Protesto”. Passou-se de seguida à apreciação e votação da Saudação à Greve Geral.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, passando a ler a moção relativa à Saudação à Greve Geral. “Os eleitos da CDU, na Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, saúdam a grande e politicamente relevante jornada de luta, levada a cabo pelos trabalhadores de todo o país, que

aderiram à Greve Geral de 30 de Maio, convocada pela CGTP - Intersindical Nacional. Em condições adversas, resistindo ao cerco montado pelo Governo do PS e pelo patronato, os cerca de milhão e meio de trabalhadores expressaram, veementemente, um claro protesto contra as políticas sociais, culturais e de trabalho, encetadas pelo actual poder. Esta jornada de luta, alicerçou-se na denúncia frontal e corajosa, das precárias condições de vida e que os trabalhadores portugueses estão sujeitos e prognosticava já, como os dirigentes da CGTP vinham denunciando, o novo pacote repressivo que aí vem, consubstanciando a Flexissegurança e no Livro Branco sobre o novo Código do Trabalho. Por entendermos ter sido politicamente necessária e pela sua justeza na procura de um país mais justo, solidário e democrático, expressamos aqui o nosso fraterno apoio a essa histórica jornada”. O senhor Deputado informou que a moção foi assinada pelos Deputados da CDU presentes na Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Castelo Bento (PS)**, dizendo que iria votar contra a saudação à Greve Geral pelos seguintes motivos: em primeiro lugar disse não ter visto qualquer relevância, ao contrário do mencionado na moção; em segundo lugar lembrou que, de acordo com a imprensa escrita, o que ficaria para a História seria o facto da Greve Geral ter sido o maior fracasso de greve em Portugal, feita até hoje; em terceiro lugar, iria votar contra a moção pela sua substância. O senhor Deputado lembrou que nesse mesmo dia fora anunciado que a modernização do mundo do trabalho passa por alterações que estão a ser aceites por todas as organizações internacionais e sindicais, sendo a Intersindical a única organização na Europa que ficou de fora da discussão, mas isso, de acordo com o senhor Deputado, seria um problema da Intersindical. O senhor Deputado terminou a sua intervenção afirmando que era evidente que a maioria do povo português está a favor da modernização.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando um pedido de esclarecimento à CDU, uma vez que não se revia na dimensão explicitada na moção relativamente à Greve Geral. Na

opinião da senhora Presidente, o significado da Greve Geral não é aquele que está expresso na moção, tanto mais se tivermos na memória o que têm sido estes 33 anos de Democracia e das greves gerais e manifestações a que já assistimos. A senhora Presidente quis também saber qual era o conceito de Flexissegurança falado na moção, bem como quais são as conclusões que retiraram do Livro Branco sobre o novo Código de Trabalho. Isto para poder fazer a sua apreciação e estar em condições de poder votar a moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Coelho (CDU)**, dizendo que, contrariamente àquilo que a senhora Presidente lhe tinha solicitado, seria natural o senhor Deputado usar alguns vocábulos que pudessem ferir algumas susceptibilidades, para falar da moção apresentada. Até porque o termo amnésia que utilizou não era, na opinião do senhor Deputado, ofensa nenhuma. É uma coisa que acontece a muita gente, um problema que tem que ser tratado clinicamente. -----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para efectuar um ponto de ordem. Considerou que quando as pessoas não estão presentes não é justo para elas nem é digno para os membros da Assembleia fazerem juízos de valor, quando elas não se podem defender. Prosseguiu dizendo que todos os membros da Assembleia tinham a maturidade suficiente para poderem falar de terceiros sem ofensas e sem estarem a fazer juízos de valor.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Coelho (CDU)**, dizendo que assim iria ter alguma dificuldade em fazer a análise que pretendia, sobre a razão da apresentação da saudação à Greve Geral, isto porque na sala não estava nenhum representante do Governo, pelo menos que ele soubesse. Estavam sim alguns defensores da política do Governo, mas representante do Governo provavelmente não. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que quando se diz que a greve geral não teve a importância que se lhe quer atribuir, era bom recordar que o conceito de greve geral não quer dizer que toda a gente tenha que parar de trabalhar. O conceito de greve geral quer dizer que não é

sectorial. Não é uma greve da função pública, nem desta ou daquela actividade. É abrangente para todos os trabalhadores que queiram aderir. Na opinião do senhor Deputado, o facto de terem parado mais de 1 milhão de trabalhadores é muito significativo. Prosseguiu dizendo que, com a política que está a ser seguida pelo Partido Socialista, duvida que daqui por alguns anos ainda se possam fazer greves neste País. Depois referiu que teria que mencionar outra vez o termo amnésia. Lembrou que o Partido Socialista, quando este código de trabalho foi apresentado, salvo erro em 2003, pôs muitas reticências e afirmou na sua campanha eleitoral que o ia rever nos seus pontos mais gravosos. Segundo o senhor Deputado, o PS esqueceu-se de tudo isso e de facto agora vai revê-lo, mas para agravar mais ainda as situações. O senhor Deputado continuou a sua intervenção dizendo que é fácil dizer que a flexibilidade vai trazer muitas possibilidades a muita gente e inovação. Mas que formação foi dada aos trabalhadores deste País para poderem atingir essa tal competitividade que se fala? Porque é que a maior parte das empresas estrangeiras que estão a laborar em Portugal obtêm sucesso e são competitivas? Nessas empresas estão trabalhadores portugueses a trabalhar. Então, a flexibilidade devia ser para os trabalhadores ou para os empresários, que são maus empresários e maus patrões, fazem de tudo das empresas menos geri-las correctamente? Portanto, de acordo com o senhor Deputado, é preciso termos algum cuidado e não defendermos cegamente, só porque somos membros deste ou daquele Partido, aquilo que está a ser proposto. Na opinião do senhor Deputado, aquilo que está a ser proposto, que já estava no código laboral e que agora se vai acentuar são os despedimentos em massa. Aquilo que está a ser proposto vai obrigar o Governo a gastar mais cerca de 2 mil milhões de Euros por ano para colmatar a ganância que os patrões vão ter em despedir a, b ou c, só porque não gostam da cara deles. Fica ao critério do patrão. O senhor Deputado afirmou ainda que, após as regalias que os trabalhadores conseguiram alcançar após o 25 de Abril, nunca pensou que passados 30 anos o PS viesse propor todas as alterações que está a propor.

Disse ainda que era com alguma emoção que abordava estas questões. Afirmou que ele pessoalmente não deveria ser afectado pelas alterações propostas por já estar reformado, mas lembrou que não devemos ser egoístas como muita gente faz neste País por estar bem instalada na vida, sem nunca pensar que um dia pode ser também atingida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Domingos dos Santos (CDU)**, referindo que, em relação à moção apresentada, os discursos da CDU ouvidos na presente Assembleia vêm na sequência de discursos que foram ouvidos no dia 30 de Maio, efectuados pelos membros do Governo, no sentido de tentarem minimizar a greve. Prosseguiu dizendo que, no que toca aos números da greve, Carvalho da Silva mencionou-os em várias estações de televisão e havia documentos da CGTP que provavam os números. Não seriam exactamente 1 milhão e meio, mas aproximavam-se disso. Sector a sector, na opinião do senhor Deputado, os números são muito explícitos. Em relação à Flexissegurança e ao Livro Branco, o senhor Deputado considerou que a greve foi premonitória, porque já anunciava o que aí vinha e que surgiu neste dia em todos os meios de Comunicação Social, ou seja, redução do tempo de férias, redução de direitos, redução das horas extraordinárias e não pagamento das mesmas e ainda a progressão nas carreiras. Na opinião do senhor Deputado, isto é apenas a ponta do iceberg, porque muito mais aí virá. Assim, a moção apresentada na presente Assembleia vai no sentido nas preocupações da bancada da CDU.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, considerando legítimas todas as preocupações. No entanto, relativamente à dimensão que é mencionada na moção em discussão sobre a greve geral, disse não conseguir ler nos documentos estatísticos a que teve acesso pela Comunicação Social, os números mencionados na moção. Provavelmente será um problema pessoal. De acordo com a senhora Presidente, os números não são coincidentes de maneira nenhuma. A senhora Presidente disse também não ter visto respondidas as questões que tinha

colocado: qual é o conceito de flexissegurança que a CDU cita no documento e quais são as questões suscitadas sobre o código de trabalho. Prosseguiu dizendo ter ouvido no presente dia, na Comunicação Social, que ainda não tinha terminado a reunião em sede de concertação social. Portanto, presumia que alguém terá cedido à CDU um relatório logo no final da reunião, que não sabia se já tinha terminado, ou então estar-se-ia a falar de mera especulação daquilo que se passou no presente dia. A senhora Presidente voltou a lembrar que à hora a que estava a chegar à Quinta das Cegonhas, ainda não estava terminada a reunião em que estavam a ser apresentadas as conclusões aos parceiros sociais. Portanto, não estava em condições de, por via da especulação, estar a votar um documento que fala sobre Flexissegurança e sobre o novo Código de Trabalho. Terminou dizendo que com certeza que os senhores deputados da CDU saberiam mais do que os parceiros sociais, que estiveram até ao final do presente dia reunidos com o senhor Ministro do Trabalho, para que lhes fossem apresentadas as novas propostas. Mas iria aguardar serenamente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, dizendo estar admirado porque pela primeira vez a CGTP recusou-se a dar qualquer número sobre a greve. Foi a primeira vez que aconteceu em Portugal. Se existiam outros números particulares, isso seria outra história. Mas oficialmente, de acordo com o senhor Deputado, o que se assistiu foi ao comportamento lamentável dos jornalistas, ao interromperem o Presidente da CGTP quando ele fazia a sua intervenção, porque queriam saber números e ele recusou-se a dar qualquer número sobre a greve. Em segundo lugar, o senhor Deputado disse achar que podia pensar por ele mesmo. E cada vez que tinha uma opinião, não lhe viessem dizer que alguém do Governo o mandou ter essa opinião pelo facto de ser do Partido Socialista. Prosseguiu lembrando uma situação em matéria de compromissos eleitorais. Disse que o PS cumpriu. O que o PS disse que ia rever, reviu. Isto é, o artigo 4º e a matéria de negociação colectiva. Foi revisto imediatamente no Código de Trabalho essa matéria e esse compromisso.

Afirmou ainda que, em matéria de trabalho, é habitual que a lei que vem a seguir seja sempre a pior. Passado um tempo essa já é a melhor. O senhor Deputado lembrou ainda o Governo nomeou um grupo de trabalho, composto por técnicos de reconhecida capacidade a nível mundial e pelos melhores técnicos portugueses de diversas áreas de pensamento na área do trabalho, que produziu um documento tornado público no presente dia e que fala, entre outras matérias, a nível de Direito, de uma melhor garantia dos postos de trabalho. O senhor Deputado achou graça ao facto dessa matéria não ter sido falada na presente Assembleia. Por outro lado, falou-se nos despedimentos em massa, assunto que o senhor Deputado disse não ter conseguido ver no documento. Voltou a lembrar que o que estava no presente dia a ser apresentado iria ser depois discutido em sede de concertação social com os parceiros sociais, e só depois o Governo tomaria posição sobre as várias matérias. Prevê-se que as matérias estejam prontas para Dezembro. Terminou a sua intervenção dizendo não saber adivinhar e que não sabia de facto quais eram as matérias que iriam ser acordadas em sede de concertação social. O que sabia era que um conjunto de técnicos produziu o documento, que foi apresentado e que aborda diversas matérias que estavam actualmente a ser discutidas em todo o Mundo e em toda a Europa. E não conseguiu ver nele nenhuma catástrofe.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, informando que a bancada do Bloco de Esquerda iria aprovar a saudação à greve geral que foi proposta pela CDU, quanto mais não fosse pelo tema que ela aborda. Segundo a senhora Deputada, se a greve não teve mais aderência foi porque efectivamente os trabalhadores estão de tal maneira com o seu poder de compra em baixo, que não podem ter um dia de desconto no seu salário. Tal corresponde, em muitos dos trabalhadores, a um dia sem dar de comer à família. Neste contexto comparou os aumentos que têm sido acordados com a inflação que tem ocorrido. Na Função Pública praticamente não há aumentos, as promoções estão congeladas e, portanto, sobretudo por causa disso, a

senhora Deputada afirmou novamente que iria votar a favor da moção. A senhora Deputada prosseguiu dizendo com certeza que está a ser acontecer uma grande repressão. A senhora Deputada disse assistir frequentemente à situação dos trabalhadores que contestam e que têm notas más na Função Pública. Prosseguiu dizendo-se admirada pelo facto das moções apresentadas na Assembleia da CULT, contra determinadas medidas que são tomadas pelo Governo, terem sistematicamente oposição dos senhores Deputados. Lembrou que todos os membros da Assembleia da CULT são membros de uma Assembleia Municipal, eleitos pela população e pelos trabalhadores. Lembrou ainda que no ano passado, quando foi aprovada uma moção de apoio aos trabalhadores da OPEL de Azambuja, o PS votou contra porque havia na moção um parágrafo final que não estava de acordo. Foi também apresentada uma moção contra o encerramento dos Centros de Saúde e das Maternidades e o PS voltou a votar contra e inclusivamente a senhora Presidente da Assembleia da CULT fez uma referência a um caso. A senhora Deputada questionou se a senhora que a senhora Presidente mencionou na altura levantou algum processo judicial no Tribunal e se se chegaram a apurar responsabilidades pelo facto do filho ser diferente. De acordo com a senhora Deputada, este caso mostrou, no fundo, uma deficiência do funcionamento de uma instituição de saúde. Terminou frisando que se vai habituando ao facto de, perante qualquer moção apresentada na Assembleia da CULT contra determinadas posições do Governo, o Partido Socialista votar sistematicamente contra. Esta seria a terceira situação, pelo menos nas Assembleias em que a senhora Deputada tem estado presente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Júlio do Carmo Cabecinha Rosado (CDU)**, dizendo que a presente Assembleia estava a decorrer sob o signo da amnésia, não a atribuindo a pessoas ausentes, mas aos presentes. Recordou que poucos dias antes surgiu uma directiva da Comunidade Europeia sobre a Flexissegurança em que era dito que Portugal nunca poderia estar em condições financeiras de a implementar. Isso não foi lembrando na presente

Assembleia. Em segundo lugar, referiu que em política a humildade é uma característica ou qualidade que deve sempre orientar os bons políticos. Lembrou que o Governo central, há uns anos atrás, fez ouvidos moucos a uma sugestão que indicava que a custo zero o Estado Português teria o Campo de Tiro de Alcochete, que seria o sítio ideal para construir o novo aeroporto. O recado foi dado por um autarca a um Secretário de Estado. De acordo com o senhor Deputado, não houve humildade nessa altura, uma vez que esse Secretário não ligou àquilo que o autarca disse e passados vários anos um grupo de empresários já foi ouvido pelo Governo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, lembrando que o que se estava a discutir naquele momento era uma moção sobre a greve geral e não sobre aeroporto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Júlio Rosado (CDU)**, dizendo que, com a sua intervenção, só queria dar uma achega no que toca à humildade que os políticos deviam ter.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, referindo dois versos de uma canção famosa do Sérgio Godinho: “para melhor está bem está bem, para pior já basta assim”. Quanto aos números da greve, o senhor Deputado remeteu a Mesa para o Avante de 15 de Junho, onde vinham explicitados sector a sector, empresa a empresa, Distrito a Distrito os números da greve. Quanto à especulação, questionou se o Diário de Notícias, que é um jornal normalmente bem informado sobre os meandros do Poder, especula.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, informando que na moção seguinte a discutir iria dar um tempo exacto, para que o mesmo pudesse ser gerido de outra forma, uma vez que percebeu que uma metodologia mais flexível na Assembleia não estava a resultar. Solicitou então que se concluísse a discussão da moção para se poder passar à votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Coelho (CDU)**, para efectuar uma correcção. Quando disse que não estava na Assembleia nenhum

representante do Governo, o senhor Deputado esqueceu-se que a senhora Presidente da Assembleia da CULT era Secretária de Estado. Prosseguiu dizendo que quando se diz que as negociações são feitas com os parceiros sociais e concluídas com os parceiros sociais, ele infelizmente habituou-se a ler “UGT” na vez de “parceiros sociais”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que, segundo o que tinha conhecimento, o conselho económico e de concertação social tem representado em igual número sindicalistas ou representantes da CGTP e da UGT. Lembrou que já durante este ano foram alcançados três acordos com todas as forças políticas. Portanto, na opinião da senhora Presidente era extremamente injusto para a Central Sindical CGTP a declaração que o senhor Deputado Manuel Coelho acabou de fazer. Em segundo lugar, a senhora Presidente referiu que estava nas funções na Assembleia da CULT, enquanto eleita pela Assembleia Municipal de Santarém. Disse ter as suas convicções, a sua filiação partidária, mas era na condição de eleita da Assembleia Municipal que aqui estava. No que toca à referência ou não de nomes, afirmou haver um equívoco. Disse que os membros da Assembleia podem fazê-lo, sempre que o quiserem, desde que não ofendam terceiros. É óbvio que falar sobre terceiros ou referir factos sobre terceiros não são ofensas. O que pedia era que não adjectivassem e não ofendessem aqueles que não estão presentes e que não têm capacidade de fazer prova ou não da sua implicação ou da sua inocência. Lembrou que a Assembleia da CULT é um órgão democrático, um órgão legítimo e ninguém tem por isso o direito de ofender terceiros quando não estão presentes. Sobre as questões levantadas pela senhora Deputada Isabel Almeida, a senhora Presidente considerou serem pertinentes e legítimas, desde que discutidas na altura certa. Assim, quanto às questões da saúde referidas pela senhora Deputada, o BE devia ter feito uma apresentação na altura em que a moção foi discutida. No que diz respeito à mencionada repressão feita pelos trabalhadores, a senhora Presidente aconselhou a senhora Deputada a

denunciá-las, se tivesse conhecimento de alguma situação, isto porque não podemos compactuar de forma nenhuma com atropelos a qualquer cidadão. Quanto à sugestão da CDU para que se consulte o Avante, a senhora Presidente referiu que se dissesse a algum Deputado para ir consultar o Povo Livre ou a Acção Socialista, cair-lhe-ia o Carmo e a Trindade em cima, se fosse para atestar qualquer número que estivesse a querer comprovar. Referiu que era óbvio que todos têm a liberdade para consultar os órgãos que quiserem, mas voltou a lembrar que a CGTP, pela primeira vez, não quis apresentar números. Terminou dizendo que não viu respondidas as questões que efectuou e fez mais um reparo. Que tivesse conhecimento, ainda não estava definido nenhum modelo de Flexissegurança para Portugal, nem se sabia se iria ser definido. Portanto, não sabia do que se estava a falar, a não ser que fosse mera especulação. A senhora Presidente da Assembleia da CULT colocou de seguida à votação a moção “Saudação à Greve Geral”.-----

--- Submetida à votação a moção “**Saudação à Greve Geral**”, foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 20 (PSD, CDU, BE e CDS-PP)-----

--- Votos contra – 12 (PS)-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, afirmando que o PSD quis justificar o seu sentido de voto, aprovando esta saudação, começando por dizer que não concorda na totalidade com o conteúdo da moção, mas que é necessário fazer alguns reparos e alguns considerandos: primeiro, repudiar o facto de alguns dias antes da greve o Governo ter proposto a identificação dos grevistas, numa atitude de todo repudiável; segundo, dar conhecimento público que toda a sociedade portuguesa atravessa sérias dificuldades; terceiro, sabendo também que é fundamental alterar a Lei do Trabalho, mas de forma sustentada para que os seus efeitos não se façam sentir simultaneamente com outras dificuldades. A greve geral representa um protesto generalizado da população por dois anos de

governação socialista, que não consegue fazer a retoma económica e a diminuição do desemprego e que, em última análise, se traduz numa diminuição da qualidade de vida e poder de compra dos cidadãos em geral.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, apresentando o segundo documento em discussão e informando que seria dado um tempo de 20 minutos para o apresentar e votar. A moção apresentada era da autoria do Bloco de Esquerda e tinha como título “Aeroporto Internacional de Lisboa”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, apresentando a moção de forma genérica. Disse, primeiro que tudo, que iria retirar o termo recuo do Governo, que tinha dito anteriormente, dizendo antes que o Governo alterou a sua posição de considerar como encerrado o seu processo de decisão da escolha do futuro aeroporto internacional de Lisboa, mandatando o LNEC fazer um relatório, analisando comparativamente a Ota e o Campo de Tiro de Alcochete. O senhor Deputado questionou o facto de irem analisar-se apenas estas duas opções, quando vários técnicos e vários sectores da sociedade civil já colocaram em cima da mesa outras opções de localização do novo aeroporto. Prosseguiu dizendo que, como o Bloco de Esquerda considera que este assunto, quer para o País, quer para o Distrito, quer para a CULT e para a Lezíria do Tejo, é um assunto extremamente importante, apresenta a moção com o título “Aeroporto Internacional de Lisboa”, no sentido de haver uma análise técnica comparativa de diferentes localizações, nomeadamente, para além da Ota e do Campo de Tiro de Alcochete, também Rio Frio, Poceirão, Portela+1 e Portela+Figo Maduro. Para além disso, a BE propõe iniciar-se um processo de debate alargado na CULT, com o apoio de especialistas, para que se possa tomar uma posição sobre este importante tema. Por fim, remeter a moção, se for aprovada, ao senhor Presidente da República, ao senhor Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares, aos senhores Primeiro-Ministro e Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao LNEC.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para efectuar uma sugestão ao BE. Nas conclusões apresentadas na moção, no ponto 1, onde se propõe que a Assembleia da CULT reclame a análise técnica comparativa de diferentes localizações, na opinião da senhora Presidente, a Assembleia da CULT pode solicitar e não reclamar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, dizendo não ver qualquer tipo de problema relativamente a essa alteração.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Francisco Espírito Santo (PS)**, dizendo crer estar a falar com os Deputados da Assembleia da República, uma vez que só se tinha estado a tratar de assuntos de natureza nacional. Ouviu-se falar da greve geral, de interesse nacional, e voltou-se a falar de um assunto de interesse e âmbito nacional, sendo ele o novo aeroporto. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que a moção em discussão chamou a sua atenção para uma série de preocupações, entre elas o facto do BE se ter esquecido da hipótese Portela+2. O Dr. Fernando Seara não iria gostar, porque o BE se esqueceu de Sintra. Na opinião do senhor Deputado, tudo o que diga Portela é um anacronismo em termos de aeroporto. Lembrou que o aeroporto de Lisboa está a recusar cerca de 2500 voos e questionou quanto é que o País não estaria a receber só em taxas de aeroporto e quanto é cada turista, mesmo viajando com bilhetes baratos, não viria deixar a Portugal. Solicitou aos senhores Deputados para fazerem as contas. Lembrou também que cada avião traz entre 100 a 150 passageiros, em média. Portugal está, assim, a perder este número de passageiros, por ter o aeroporto na Portela. Na opinião do senhor Deputado, o aeroporto, seja na Ota, seja em Alcochete, seja onde for, já pecou por ser tardia a decisão. Esta decisão já deveria ter sido tomada há dez anos. O aeroporto da Portela está há muitos anos obsoleto. O aeroporto da Portela não pode ter categoria 1, uma coisa determinante hoje em dia num aeroporto internacional, porque tem influências rádios à sua volta. Ainda assim, segundo o senhor Deputado, continua-se a insistir na Portela, para se ser politicamente correctos. O senhor Deputado considerou que ninguém o devia ser. Devia antes

falar-se com clareza e com correcção. Uns municípios preferem a solução da Ota, outros preferem a solução de Alcochete. Independentemente disto, o que é preciso é que o aeroporto se faça. E, de acordo com o senhor Deputado, as forças políticas tomam uma má decisão quando querem fazer protelar este assunto. A decisão tem é que ser tomada.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, dizendo estar de acordo com a parte da moção que diz “considerando que a CULT tem que ter uma posição activa e não pode nem deve ficar à margem”. No entanto, disse só poder estar de acordo com as hipóteses de Ota e do Campo de Tiro de Alcochete, que fica na freguesia de Samora Correia. Isto porque em todas as outras hipóteses está-se a tirar força à CULT. Sendo assim, o senhor Deputado disse não poder aprovar uma moção nesse sentido, que vem sugerir que o aeroporto vá para o Montijo ou para Sintra, que não tem nada a ver com a região da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, começando por referir que o PSD é favorável a que se estudem as diversas soluções. Relativamente à situação do aeroporto da Ota, o senhor Deputado informou que tinha andado a ver alguns estudos e lido algumas informações nos últimos tempos e quis referir alguns pontos importantes. Primeiro, a capacidade de passageiros da Portela actual é de cerca de 12 milhões de passageiros por ano e está neste momento a fazer obras de expansão, que lhe vão permitir ter até 17 milhões de passageiros por ano. Um aeroporto novo, seja ele qual for, no sentido de fechar a Portela, leva-nos para uma situação de 25 milhões de passageiros por ano. Na opinião do senhor Deputado, estamos a falar num investimento brutal para passarmos de 17 para 25 milhões de passageiros por ano. A Portela tem uma situação que é o facto de não ter espaço para fazer uma segunda pista paralela, o que pode causar alguns congestionamentos a nível de tráfego, porque ela tem uma pista principal com uma determinada orientação e tem uma outra pista secundária mais pequena, utilizada quando existem alguns problemas ao nível das condições climatéricas, mas elas

cruzam-se. Portanto, não é possível fazer uma segunda pista ao lado. Ou melhor, afirmou o senhor Deputado, é possível fazê-lo mas levaria a encargos enormes e a expropriações, que foram estudados já pelos aeroportos de Paris em 1999 e que traduziriam um custo superior a 60% da construção do novo aeroporto. Portanto, essa opção vulgarmente conhecida como a super Portela foi uma opção afastada. Nesse estudo dos aeroportos de Paris, para além de terem afastado a super Portela, não referem em lado nenhum que seja proibida a situação Portela+1, seja qual for o +1. Referem até que internacionalmente têm havido várias situações diferentes quanto a isso. Nesse mesmo estudo são estudados Rio Frio - orientação da pista Este/Oeste, Rio Frio - orientação da pista Norte/Sul e Ota – orientação da pista Norte/Sul, para 25 milhões de passageiros por ano. O estudo coloca Rio Frio Este/Oeste em primeiro, Norte/Sul em segundo e a Ota em terceiro. No estudo, que leva em conta uma série de critérios, incluindo os ambientais, foram feitas quatro simulações diferentes e em todas elas Rio Frio Este/Oeste ficava à frente. Mas depois, nas conclusões do mesmo estudo, como tinha havido a recusa de Rio Frio por parte do Ministério do Ambiente, o estudo limitou-se a concluir que era possível fazer o aeroporto na Ota. Diga-se também que a Ota é 25% mais caro do que Rio Frio Este/Oeste. Para terminar, o senhor Deputado referiu que um novo aeroporto que faz low cost, seja ele Alverca ou Montijo, por exemplo, acrescenta 3 a 4 milhões de passageiros por ano.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, lembrando, em primeiro lugar, que todos os Deputados da Assembleia da CULT foram eleitos pelos cidadãos da Lezíria do Tejo e que a moção está contra esses mesmos cidadãos. Ao defender outras situações fora da Lezíria, os senhores Deputados estão contra os cidadãos que os elegeram e essa responsabilidade tem que ser assumida. Os cidadãos têm que saber que na Assembleia da CULT os Deputados foram eleitos por eles, para defenderem os seus interesses. Ao mencionar situações fora da Lezíria os Deputados da Assembleia da CULT estão a defender outros cidadãos que não os da Lezíria. Em segundo lugar, o

senhor Deputado lembrou que no dia anterior à presente sessão foi publicado o relatório internacional da entidade que estuda a avaliação do ruído dos aeroportos e a Portela foi considerado o quarto aeroporto de maior risco no Mundo. Afirmou que o relatório estava na Internet e bastava lê-lo. Terminou dizendo que não era nem pró nem contra a Ota, mas pelo novo aeroporto. E se o aeroporto pudesse ser na sua região, muito melhor. Agora, noutras regiões? Voltou a frisar que ou os senhores Deputados estão na Assembleia da CULT em nome das populações que os elegeram, ou estão aqui em nome de outros interesses que não os das populações da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Mário Valada Rodrigues Figueiredo (PSD)**, solicitando aos apresentantes da moção que no ponto 1, depois da retirada do termo “reclamar” e a sua substituição pelo termo “solicitar”, não veriam qualquer inconveniente em que fosse retirado da moção todo o texto que surge depois de “sectores da sociedade civil”, no mesmo ponto. Segundo o senhor Deputado, retirava-se assim as hipóteses de Rio Frio, Poceirão, Portela+1 e Portela+Figo Maduro, tornando-se a moção mais abrangente. Na opinião do senhor Deputado, todos os presentes, enquanto autarcas da região, querem que o aeroporto vá para a Lezíria do Tejo. Efectivamente se calhar os autarcas dos municípios abaixo do Tejo pretendem que o aeroporto vá para Sul do Tejo. Os autarcas acima do Tejo deverão pretender que o aeroporto vá para Norte do Tejo. Mas, na opinião do senhor Deputado, parece que todos querem que o aeroporto fique pelo menos na região da Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, informando que a bancada da CDU estava de acordo com a retirada de todo o texto que surge depois de “sectores da sociedade civil”, conforme a proposta do senhor Deputado do PSD. Prosseguiu dizendo que tinha toda a razão quem focou que esta é uma questão de âmbito nacional. Para além disso, segundo o senhor Deputado, tivemos a felicidade de as propostas do Governo coincidirem dentro da região da Lezíria do Tejo, ou seja o Campo de Tiro de

Alcochete, que é em Samora Correia, e a Ota. O senhor Deputado disse estar à vontade para o dizer, por ser Presidente da Assembleia Municipal de Benavente e eleitor e cidadão de Samora Correia. Disse, no entanto, que esta não era uma questão de ordem pessoal, mas de interesse nacional. Na opinião do senhor Deputado, um aeroporto que tenha menos custos, menos impacto ambiental, mais fundos comunitários, mais transparência e mais futuro será a escolha dos portugueses. Dentro das duas opções neste momento em cima da mesa, será o Campo de Tiro de Alcochete que terá melhores condições. Lembrou também que já tinha escrito esta opinião há dez anos e já a disse na rádio. Prosseguiu dizendo que tal não invalida que existam outras soluções. Mas, nesta altura do campeonato, voltar atrás parece, de acordo com o senhor Deputado, uma questão de protelação. Portanto, no seu entender, os interesses nacionais estarão mais acautelados no Campo de Tiro de Alcochete.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, dizendo que iria dar a sua opinião pessoal, que poderia não representar na íntegra os sentimentos do PSD. Disse partilhar das dúvidas do senhor Deputado da CDU e afirmou que, como autarcas e cidadãos, todos os Deputados da Assembleia da CULT devem saber o que o País precisa exactamente. É altura dos autarcas terem uma discussão séria sobre um assunto de âmbito nacional, uma vez que o novo aeroporto de Lisboa não é de modo algum um problema de âmbito regional. Concordando com o senhor Deputado da CDU, a senhora Deputado afirmou que o local que for mais barato, que tiver mais perspectiva de futuro, que tiver menos impacto ambiental é que será a melhor solução. Na opinião da senhora Deputada, os autarcas têm que deixar os seus quintalinhos um pouco de parte quando se trata do pouco dinheiro que o País tem. A senhora Deputada afirmou ainda que, ao contrário do que o Governo disse no início da apresentação do projecto do aeroporto da Ota, a obra não vai ser só feita com fundos privados. O Governo vai privatizar a Ana, que é a empresa que realmente é geradora de receita na questão dos aeroportos. Em relação ao novo aeroporto da Ota, a senhora Deputada terminou dizendo que já tinha

comentado há uns tempos num programa de rádio que se os autarcas do Ribatejo pusessem a sua memória a trabalhar e reflectissem sobre o que aconteceu ao projecto Águas do Ribatejo, que provavelmente para satisfazer alguns quintalinhos deu o resultado que deu, poderiam pensar em ter outro posicionamento em relação ao projecto do novo aeroporto da Ota.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, perguntando se os senhores Deputados, no ponto anterior, tinham votado com base nas pessoas que os elegeram ou com base no cartão partidário. O senhor Deputado disse estar na Assembleia da CULT enquanto eleito pelas pessoas do concelho de Santarém e a representar a Lezíria do Tejo, e não queria que isso fosse posto em causa mais nenhuma vez. Prosseguiu dizendo que este assunto é tão delicado para o País, que não se pode de facto olhar para o quintal de cada um. Por isso é que surge esta proposta. Assim, já que o Governo alterou a sua posição de estudar outras possibilidades, então que as estude e não se remeta apenas a uma alternativa. Havendo mais alternativas, o senhor Deputado questionou porque não pô-las todas em cima da mesa e estudá-las. Terminou dizendo que, de qualquer forma, o BE aceitava a proposta de retirar da moção as hipóteses de Rio Frio, Poceirão, Portela+1 e Portela+Figo Maduro.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Dúnia Rosale Viegas da Palma (PS)**, alertando para o facto da alínea c) da moção poder ficar assim comprometida, dizendo essa alínea o seguinte: “considerando que há toda uma vantagem em que a análise técnica comparativa que vai ser efectuada entre as diferentes localizações possíveis para o futuro Aeroporto Internacional de Lisboa não fique restringida apenas às localizações Ota e Campo de Tiro de Alcochete mas que, pelo contrário, seja alargada às outras localizações que têm vindo a ser apontadas por especialistas e diferentes sectores da sociedade civil”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que de facto a alínea c) entraria um pouco em contradição com a retirada do mencionado parágrafo no ponto 1. A senhora Presidente questionou assim se pretendiam propor uma nova redacção ou levar

a moção à votação da forma que estava escrita.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, afirmando que a moção ficaria da forma que estava escrita, com a alteração no ponto 1 e a substituição da palavra “reclamar” por “solicitar”, também no ponto 1.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para concluir que na alínea c) estar-se-á, portanto, a admitir que para além da Ota e Campo de Tiro de Alcochete, o estudo se alargue a outras localizações. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Paulo Espírito Santo (PS)**, sugerindo que colocassem também Beja, porque está a ser feito na cidade um aeroporto, bem como Badajoz.-----

--- Colocada à votação a moção “**Aeroporto Internacional de Lisboa**”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 22 (BE, CDU, PSD e CDS-PP);-----

--- Votos contra – 14 (PS).-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que votou contra a moção pelo facto da sua apresentação não ser coincidente entre parágrafos. Disse não poder estar a contradizer aquilo que afirmou no ponto 1 das conclusões. Por outro lado, afirmou que estava a acompanhar com bastante expectativa todos os trabalhos que estão a ser feitos, que são obviamente para bem de todos nós, mas fundamentalmente do País, do turismo em Portugal e do desenvolvimento económico e social. Disse esperar que em breve possa ser tomada a melhor decisão.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Victor Manuel Marques Damião (PS)**, pedindo, em primeiro lugar, desculpa pelo atraso, mas tinha chegado de viagem. Disse ter votado contra porque, tal como já tinha sido dito, é preciso cada vez mais pensar o País e não os quintalinhos. O País não pode continuar, cada ano que passa, a apresentar uma nova solução. Nem pode

voltar a querer que se estudem as soluções que já foram estudadas. Na opinião do senhor Deputado, por este andar vamos chegar a 2017 e vamos ter o aeroporto na Portela. Referiu ainda que tinha passado na 2ª Circular e até se assustou com um avião que passou a rasar o tejadilho do seu carro. Mas por este andar, voltou a dizer, continuaremos a ter o aeroporto na Portela ou então, como disse um candidato à Câmara de Lisboa, um em Sintra. Só faltava mais essa.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, dizendo que o PS tinha pleno conhecimento de que este se trata de um problema nacional, mas os militantes do PS que integram a Assembleia da CULT foram eleitos para defender a população da Lezíria do Tejo e não outra.---

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Bruno Miguel Lince Mariano Medinas (PS)**, dizendo que tinha votado contra por achar que o texto que foi tirado da moção retirou o sentido à moção que foi apresentada. O sentido e o espírito da moção era o alargamento a mais opções relativamente ao aeroporto internacional. Se se retirou isso, ficou sem saber o que é que a moção pretendia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, apresentando o ponto seguinte, sendo ele a apresentação do Voto de Protesto do PSD.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o Voto de Protesto tinha a ver com o CIRVER, com os deadlines que têm vindo a público e com algumas condições que, na opinião do PSD, deveriam ser dadas relativamente à Lezíria. Lembrou que no dia 6 de Junho de 2007 saiu no Jornal Público uma notícia, dizendo que os CIRVER demorariam 8 meses a construir e depois seguir-se-ia um período de testes. O senhor Presidente da Junta da CULT já tinha afirmado que só para o final de 2007 é que saberíamos o traçado final do IC3. O senhor Deputado recordou que a ponte entre Chamusca e Golegã estava interdita a pesados. O mesmo acontecia com a ponte D. Luís, entre Santarém e Almeirim. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, seria

muito fácil de prever que o trajecto de resíduos industriais perigosos seria feito via ponte Salgueiro Maia, atravessando várias localidades como Almeirim, Alpiarça, Vale de Cavalos e Chamusca, com os riscos que para todos os efeitos existem por causa do tipo de mercadoria que os camiões transportam. O senhor Deputado recordou também que o PSD já tinha, em 2006, posto uma série de questões numa moção e não teve nenhuma resposta. Por isso mesmo, o protesto fundamenta-se em três situações: primeiro tem a ver com a finalização do IC3, entre Almeirim e Tomar, porque muito do tráfego virá via Norte, devido ao facto de muita indústria estar localizada no Norte. Para o PSD é fundamental que o IC3 esteja concluído, para que os resíduos possam todos passar ao largo das localidades, na vez de estarem a passar dentro de localidades. Em segundo lugar, o PSD não tem qualquer conhecimento se o LNEC emitiu ou vai emitir algum parecer sobre a impermeabilização dos mesmos aterros, sistema de drenagem dos lixiviados no fundo do aterro, sistema de protecção e localização do sistema de detecção de fugas. Este ponto tinha sido levantado também pelo PSD, mas também não obteve nunca nenhuma resposta. Da mesma forma, o PSD acha que deveria haver da parte dos consórcios apoios da ordem financeira e técnica para a formação de equipas de bombeiros especializados nos concelhos limítrofes, devido ao aumento de risco de acidentes. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que os bombeiros se calhar não saberão lidar com materiais totalmente diferentes e, por isso, deverão ter formação e algum apoio financeiro. Disse que o PSD também desconhecia se alguma coisa foi feita nesse sentido. Por isso mesmo, o PSD só pode protestar e solicitar que o protesto seja enviado aos órgãos nacionais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, dizendo-se muito agradado com o aparecimento deste voto de protesto, tendo apenas um senão. Trata-se de um plágio de um outro voto de protesto apresentado pela bancada do PS na última sessão de Assembleia Municipal de Almeirim. No entanto, e atendendo à matéria de que se trata, a que disse ser particularmente sensível, naturalmente que votaria favoravelmente este voto de

protesto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Luís Catalão (PS)**, pretendendo saber se a intenção do PSD era não se inaugurar ou abrir o CIRVER enquanto não houver o IC3. Em segundo lugar, pretendeu saber o que se faria dos resíduos tóxicos que estes equipamentos permitem resolver, se eles vão continuar a céu aberto e a prejudicar as populações que neste momento os tem junto a eles.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Dúnia Palma (PS)**, começando por dizer que correria o risco, na sua intervenção, de ser apelidada de algum formalismo, como o PS já o foi nas intervenções anteriores. Afirmou, no entanto que, lhe agradou muito mais a apresentação oral deste voto de protesto, nomeadamente quando o senhor Deputado do PSD falou no ponto 1 e disse “a conclusão do IC3”, na vez do que está escrito no voto de protesto: “a finalização do IC3 entre Almeirim e Tomar, só deverá estar pronto (...)”. A senhora Deputada disse concordar com a apresentação oral do senhor Deputado João Lopes, com o ponto 2 e com o ponto 3. Na opinião da senhora Deputada, o documento era se tratava, no entanto, de um voto de protesto. Disse concordar com a tomada de posição, mas achava que ela não estava vestida de voto de protesto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos José Pratas da Silva (PS)**, lembrando as palavras do senhor Deputado João Lopes, que disse anteriormente que andou a ler os estudos das novas localizações do aeroporto e todos os estudos que acompanham essa obra. Na opinião do senhor Deputado, o senhor Deputado João Lopes devia olhar para mais perto e ler os estudos que existem sobre os CIRVER. Ou seja, se ele tivesse perdido tempo a acompanhar o processo, se calhar saberia que a única dúvida consistente apresentada no voto de protesto será a finalização do troço do IC3. Uma única que certamente preocupará todos os Deputados presentes. De resto, todas as questões levantadas constam do processo dos CIRVER. A segurança está referida no processo, o estudo de impacto ambiental está referido no processo,

bem como as restantes questões. Na opinião do senhor Deputado, o PSD Distrital andou arredado deste processo, mas o PSD local até o acompanhou e aprovou esta obra na Assembleia Municipal da Chamusca. Finalizou, frisando que o PSD, quando vem levantar estas questões, devia acompanhar o processo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, dizendo que havia qualquer coisa que não batia certo no Voto de Protesto. Nos considerandos do Voto de Protesto, onde se diz que o mesmo é efectuado pela forma como está a decorrer a instalação dos CIRVER na Chamusca, o senhor Deputado disse não ser da mesma opinião porque a instalação dos CIRVER está a decorrer muito bem. O projecto foi muito discutido, quer na comunidade, quer com os diversos parceiros. Há um estudo de impacto ambiental que esteve à discussão pública, há regras de segurança, há uma comissão de acompanhamento com diversas entidades, nomeadamente com a QUERCUS. Logo, o senhor Deputado disse não poder protestar por essa forma. Por outro lado, disse concordar com a reivindicação relativa a um processo mais acelerado na finalização do IC3. Prosseguiu dizendo que no que toca ao desconhecimento que já referido, no âmbito da construção dos CIRVER, seria uma questão pessoal do PSD, porque todos os estudos podem ser consultados. Protestar pelo atraso do IC3, óptimo. Mas protestar pela forma como está a decorrer a instalação dos CIRVER, não. Pelo contrário. Nesse caso o termo deve ser congratulação, porque está a correr muito bem, na opinião do senhor Deputado. São dois equipamentos extremamente importantes de âmbito nacional, instalados por empresas que têm uma experiência de 30 anos em Espanha e França, com as tecnologias mais modernas, que vão prestar um serviço ao País. Assim, o senhor Deputado disse que, pessoalmente, não poderia aprovar este protesto.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, começando por referir que, relativamente ao mencionado plágio da Assembleia Municipal de Almeirim, não podia admitir esse tipo de comentário porque este Voto de Protesto surgiu de um requerimento que foi apresentado em 2006 pela Junta da

CULT, numa reunião onde até estava presente o senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, que inclusive deu alguns esclarecimentos sobre o assunto. O senhor Deputado lembrou que esse mesmo requerimento, que já levantava os pontos 2 e 3, não teve qualquer resposta. Por ele não ter tido qualquer resposta, requerida já há um ano atrás, é que o PSD levantou a questão do ponto 2 e ponto 3. Prosseguiu dizendo que, já que existe tanta gente informada na Assembleia da CULT, poderia fazer o favor de dizer se já há algum parecer do LNEC e o que vai acontecer relativamente aos bombeiros. O senhor Deputado afirmou já ter ouvido muita gente dizer que os estudos existem e se assim fosse o PSD estaria obviamente à vontade para retirar os pontos 2 e 3. Voltando novamente às palavras proferidas pelo senhor Deputado Carlos Mota, o senhor Deputado afirmou que mesmo que o Voto de Protesto fosse plágio pelo menos o PSD teve a coragem de o trazer à Assembleia da CULT. Lembrou ainda que há uns anos atrás, quando começaram os aterros dos resíduos sólidos urbanos, em muitos sítios do País se fizeram imensos protestos violentos, com bloqueios de estrada. Por seu lado, a Lezíria vai receber resíduos industriais perigosos e no entanto parece que toda a gente assobia para o lado. O senhor Deputado disse também achar que o processo está a decorrer muito bem. Aliás, na Assembleia Municipal de Almeirim, a bancada do PSD associou-se à bancada do PS, do CDS e da CDU e todos em conjunto votaram uma moção em que se fundiram todas as propostas e se fez um requerimento ao Governo, do qual também disse desconhecer se existia alguma resposta. O senhor Deputado explicou que quando falava da instalação dos CIRVER, não falava directamente da sua instalação. Mas lembrou que estar a instalar equipamento também acarretava obviamente formação e os meios de transporte. Se os senhores Deputados assim o entendessem, disse que o PSD estava disposto a alterar os termos do que está escrito no Voto de Protesto. Relativamente ao ponto 2 e 3, agradeceu àqueles que disseram estar informados que esclarecem então o PSD, coisa que a Junta deveria ter feito há um ano atrás e não o fez. Explicou que o PSD, nesse caso, também estaria

aberto a retirar os pontos 2 e 3. O senhor Deputado terminou dizendo que o que o PSD achava inadmissível era que andassem resíduos industriais perigosos, bem como resíduos hospitalares, a passar por dentro das localidades, como vai acontecer pelo menos durante um ano, porque não se sabe qual vai ser o desfecho da via rápida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, começando por dizer que conhecia perfeitamente o estudo de impacto ambiental dos CIRVER e que não estava em causa nem a construção dos CIRVER, nem a necessidade do País ter aquele equipamento. O que estava em causa, na perspectiva dos eleitos em Almeirim, era de facto de não estar respondido qual vai ser a impermeabilização do sistema de drenagem de produtos químicos perigosos e de lamas, que são transportadas de Sines e que têm efeitos sobre a Ribeira de Muge, que atravessa todo o concelho de Almeirim e de Salvaterra de Magos. A Assembleia Municipal de Almeirim colocou essa questão muito específica. O senhor Deputado referiu que a Ribeira de Muge está sujeita às cheias de Inverno e o estudo de impacto ambiental não responde a dúvidas relativamente às cheias. Prosseguiu dizendo que o que a Assembleia Municipal de Almeirim solicitou ao Ministério do Ambiente foram explicações sobre qual o plano que estava a ser construído para evitar que a Ribeira de Muge, que como se sabe é a maior riqueza em termos de produção hortícola e frutícola do País, fosse atingida. Na opinião do senhor Deputado, todos temos o direito de pedir explicações, na defesa dos nossos agricultores, e de ter a resposta. Quanto ao IC3, considerou que ele é do interesse de todos e lembrou que o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim tem trabalhado nisso. Para o senhor Deputado, o mais grave era a questão específica que a Assembleia Municipal de Almeirim colocou, que era a formação especializada dos bombeiros. Lembrou que se vai trabalhar com produtos químicos. Solicitou, por isso, que todos acessem ao site da Câmara Municipal de Sines e vissem o que está escrito sobre o assunto. Ao lerem o que está lá escrito e o que virá para os CIRVER, se calhar as pessoas não ficariam nada conformadas. Voltou a referir que não estava em

causa o empreendimento, uma vez que ele tem que ficar em algum lado. Também não estava em causa a sua construção, nem o impacto ambiental. Segundo o senhor Deputado, o que preocupava os eleitos por Almeirim, que têm o direito de defender as suas populações, era se os planos de emergência estão feitos, de modo a salvaguardar a Ribeira de Muge. Estas questões são, na opinião do senhor Deputado, legítimas e vai pô-las sempre.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, recolocando a questão que já tinha colocado ao PSD, ou seja, quais eram as alternativas que o PSD colocava para que os CIRVER não entrassem em funcionamento enquanto o IC3 não estiver a funcionar. Em segundo lugar, em relação à questão da segurança, referiu que para além dos sistemas de segurança que os próprios CIRVER vão ter, e é obrigatório que tenham esses mesmo sistemas, os bombeiros do Distrito de Santarém, nomeadamente nas zonas limítrofes, vão receber formação apropriada, antes da entrada em funcionamento destes equipamentos. Também vão receber equipamentos apropriados para solucionar qualquer questão que se coloque.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, reafirmando que as obras do IC3 devem acontecer o mais rápido possível. Por seu lado, reafirmou que as questões de segurança estão asseguradas, embora seja evidente que pode haver sempre acidentes. Mas foi passada uma licença pelo Governo, mediante uma série de processos e de estudos que foram levados a cabo, e só quando se passa esse licenciamento é que há a garantia técnica que essas regras de segurança são asseguradas. No que toca aos pontos 2 e 3, o que consta deles foi licenciado no âmbito nacional, porque o serviço é de âmbito nacional. Voltou a referir que concorda com o Voto de Protesto, não no que toca à instalação dos CIRVER, mas no que toca ao atraso nas obras do IC3.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que a finalização do IC3 é uma questão consensual e que as restantes questões do Voto de protesto já tinha sido explicado por vários Deputados de várias bancadas. Portanto, questionou se o PSD não queria

reformular todo o documento e apresentá-lo numa próxima Assembleia. Na opinião da senhora Presidente seria preferível ter um documento consistente, credível, que saísse da Assembleia da CULT aprovado por unanimidade, do que estar a fazer emendas num documento que já nasceu engatado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, para tentar alcançar a unanimidade do documento, por considerar que o tema é bastante importante. Na opinião do senhor Deputado, não podemos ver com leviandade o facto de andarem resíduos industriais perigosos a passear dentro de camiões, dentro das localidades. Assim, o senhor Deputado afirmou que o PSD estava disposto, dado que percebeu que esses são os pontos mais polémicos, mas ainda assim com muita pena, a retirar os pontos 2 e 3, passando a haver um ponto único, sendo ele a questão do IC3. Também disse estar o PSD disposto a alterar a frase do primeiro parágrafo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que com tanta emenda não se ficava com um documento sólido, credível, sustentável. Não lhe parecia coerente. Sugeriu assim que as várias forças políticas trabalhassem um documento, não perdendo o PSD o mérito da apresentação da proposta. Poder-se-ia obter desta forma um documento consistente, que quando chegasse aos destinatários teria mais credibilidade e mais peso, porque seria votado por unanimidade. A senhora Presidente voltou a referir que desde o início que o documento estava torto, na sua concepção. E o assunto era sério demais para se estar a defender o quintal de cada um.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o PSD reformularia o documento, mas teria que colocá-lo à votação na presente sessão. Isto porque estar a atrasar a votação deste assunto para Setembro ou Dezembro, significaria os CIRVER começariam quase a funcionar, o IC3 continuaria a não existir e só depois é que a Assembleia da CULT iria protestar. O timing para ser feito seria, por isso, na presente sessão. Exactamente pelo facto do tema ser periclitante e ser importante.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para afirmar que nesse caso a Assembleia teria que apreciar e votar o documento que tinha à sua frente. Não era possível andar a fazer emendas em quase todos os parágrafos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que as emendas seriam as seguintes: no primeiro parágrafo, na primeira página dever-se-ia passar a ler “voto de protesto pela forma como está a decorrer a instalação dos CIRVER na Chamusca, no que toca às acessibilidades ao mesmo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, dizendo não ser possível que as Assembleias da CULT ou outras quaisquer funcionem nestes termos. O senhor Deputado lembrou que já no documento anterior tinham andado a cortar e a colar. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, ou os senhores Deputados do PSD mantinham a proposta e votava-se a proposta, porque não se pode estar aqui a tirar e a por vírgulas. Aliás, na opinião do senhor Deputado, o Regimento nem permitia uma coisa dessas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dando razão ao senhor Deputado Victor Damião e afirmando que de facto o Regimento não o permitia. Apesar da generosidade e pertinência da proposta do PSD, segundo a senhora Presidente, o trabalho estava desorganizado desde o início. Colocou assim à votação a seguinte proposta: a Assembleia da CULT poder, dentro de todos os contributos que foram dados por todas as forças políticas, nomear representantes de todas as forças políticas para na semana seguinte tivessem pronto um documento que seria enviado, solicitando informação acerca dos assuntos que constavam no Voto de Protesto. A senhora Presidente voltou a dizer que poderia aceitar alterações pontuais. Não seria possível aceitar alterações desta envergadura.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que não percebia como é que alguém podia dizer que o documento tinha muitas alterações, se estava a meio de dizer quais eram. Também quis saber porque é

que a proposta anterior tinha sido alterada sem problemas e na presente proposta se impedia a alteração. Voltou a frisar que esta proposta teria que ser votada na presente sessão, porque ela era periclitante e importante. Prosseguiu afirmando que se os outros grupos parlamentares também achavam que o ponto era importante, então tivessem-no trazido à Assembleia da CULT. O PSD Tinha sido a única força política a trazê-lo. Lembrou de seguida situações como a suposta criação de uma comissão da Assembleia da CULT para analisar o PROT, em que depois ninguém analisou nada. Por isso, se o Voto de protesto passasse para a semana seguinte seria a mesma coisa que dizer que isto nunca mais iria avante. Assim, solicitou à senhora Presidente da Assembleia da CULT que usasse o mesmo critério que utilizou relativamente à bancada do Bloco de Esquerda, ou então o Voto de Protesto seria votado na íntegra na presente sessão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que iria então usar o mesmo critério que tinha usado para o Bloco de Esquerda, que fez uma alteração de uma palavra e uma omissão de meio período de uma frase. Frisou que não havia favorecimentos de quaisquer bancadas. Recordou novamente que considerava a proposta do PSD com imenso mérito, pertinente, mas que estava desorganizada e mal redigida. Questionou, assim, porque é que se iria matar à partida um assunto que era de todo o interesse para a região e para as Câmaras da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**, dizendo que o senhor Deputado do PSD tinha solicitado que se votasse a moção na íntegra ou a proposta da senhora Presidente e tal teria que ser votado pela Assembleia, antes das seguintes intervenções. Isso teria que ser respeitado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, dizendo estar a sentir que esta discussão não iria conduzir a nada. O senhor Presidente apelou por isso a que da Assembleia da CULT saísse um documento que merecesse o consenso e que fosse redigido pela positiva. Lembrou que tem andado de porta em porta, na Secretaria de Estado

das Obras Públicas, no gabinete do senhor Primeiro-Ministro e nas Estradas de Portugal a pedir para que o IC3 fosse construído o mais rapidamente possível. E apercebeu-se que há prazos que não podem ser alterados, como o do inquérito público, da discussão pública ou do projecto de execução. Portanto, na opinião do senhor Presidente, o que interessava era que a Assembleia redigisse um documento que manifestasse aos vários órgãos de soberania a necessidade de não ser perder um dia que seja para o cumprimento das etapas que conduzam à construção do IC3. O senhor Presidente disse também considerar que um voto de protesto não ajudaria em nada, no sentido de se conseguir este objectivo. Pediu então que, em consenso, os vários grupos redigissem um documento onde fizessem sentir a necessidade da região em que o IC3 fosse construído no menor prazo possível. Disse achar ser possível redigir esse documento na Assembleia e recordou que tal documento também iria ajudar nos pedidos que tenho feito de porta em porta. Voltou a dizer que se levasse em mãos um Voto de Protesto, com certeza que não iria conseguir mais do que aquilo que tem conseguido, que é o cumprimento dos prazos e a bom vontade.--

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, efectuando uma proposta para ultrapassar este impasse, uma vez que a questão era pertinente e que devia ter uma solução. Da bancada da CDU, o Deputado José Braz juntar-se-ia a um elemento da bancada proponente e a elementos das outras bancadas. Todos se retirariam para o exterior, elaboravam o texto e trazê-lo-iam à votação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Coelho (CDU)**, lembrando que foram feitas na presente sessão duas votações e estaria na sala um Deputado a mais.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, que efectuou a chamada de todos os Deputados. Após a chamada concluiu que estaria certo o número de deputados e que seria a contagem da votação que estaria errada. Ou seja, na segunda votação deveria ter-se contado 21 votos a favor e 14 contra. Prosseguiu apresentando três propostas relativas

ao Voto de Protesto, sendo elas: a proposta do PSD - **proposta 1** – sendo o Voto de Protesto tal como estava redigido, com a alteração do termo “congratulação” para “protesto”, que já tinha sido aceite; a proposta apresentada pela CDU – **proposta 2** -, para que durante a presente sessão se reunissem elementos de todas as forças políticas, para que se chegasse a um texto final; a proposta apresentada pela senhora Presidente – **proposta 3** – que propunha que, em alternativa à proposta do PSD, fosse apresentado um documento que reflectisse as preocupações de todas as forças políticas acerca do dossier CIRVER e IC3, dando origem a um documento que pudesse ser mais sustentado e que pudesse ir ao encontro do que foi referido pelo senhor Presidente da Junta da CULT, ou seja, que o ajudasse, junto das várias instâncias, a poder sedimentar o esforço que tem feito.-----

--- Submetida à votação a **proposta 1**, a mesma foi **REJEITADA**, com 27 votos contra, 7 votos a favor e 1 abstenção;-----

--- Submetida à votação a **proposta 2**, a mesma foi **APROVADA**, com 19 votos a favor, 14 abstenções e 1 voto contra;-----

--- Submetida à votação a **proposta 3**, a mesma foi **REJEITADA**, com 16 votos contra, 15 votos a favor e 4 abstenções.-----

--- A proposta vencedora foi assim a proposta apresentada pela CDU, para que durante a presente sessão se reunissem elementos de todas as forças políticas para que se chegasse a um texto final.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o PSD votou contra a proposta 3, porque continuava sem saber as respostas relativamente aos pontos 2 e 3 do Voto de Protesto. Por seu lado, o PSD votou a favor da proposta da CDU por querer fazer política a bem dos cidadãos e não politiquice em termos de um logótipo partidário qualquer. Portanto, o PSD estava disposto a chegar a consenso, ao qual já se poderia ter chegado de imediato se tivessem sido aceites as alterações ao Voto de Protesto iniciais.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Armindo Bento (PS)**,

afirmando que o PS indicava o senhor Deputado Carlos Silva para fazer trabalhar para o texto final da moção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, efectuando um comentário à Declaração de Voto do senhor Deputado João Lopes. Lembrou que repetiu ao longo de todo o ponto que ninguém retirava o mérito ao PSD, nem a bondade da apresentação da proposta. Portanto rejeitava por completo a Declaração de Voto do senhor Deputado, quanto às siglas partidárias e à partidarite. Aliás, ficaria em acta as declarações da senhora Presidente quanto à bondade da proposta do PSD e quanto ao facto de, podendo trabalhar o texto, ninguém retirar o mérito da iniciativa nem a bondade da proposta.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da nona acta da Assembleia da CULT**.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, afirmando que a acta que estava disponível na Internet era a mesma que já anteriormente a Assembleia tinha mandado para trás e para a qual solicitou que se fizessem duas correcções. A primeira, na página 267, onde está escrito “nas palavras do senhor Deputado, esse projecto é bom para todos aqueles que são da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, excepto se forem do Cartaxo. Se forem do Cartaxo já não serve para nós”, solicitou novamente que se retirassem as aspas deste texto. Na página 260 também se mantinham as intervenções inaudíveis. Portanto, não entendia por que a acta iria ser votada.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, explicando que tinha solicitado aos serviços da CULT que contactassem os senhores Deputados, cujas intervenções estavam inaudíveis para que pudessem dar o conteúdo das mesmas. Assim, de facto, **a acta não estava em condições de ser votada**.-----

--- Passou-se de seguida à **apreciação e votação da décima acta da Assembleia da CULT**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Margarida Avelar Santos**

Nunes Netto (CDS-PP), afirmando que o seu nome constaria na acta, mas quem esteve presente na referida Assembleia tinha sido o senhor Deputado Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que tal terá acontecido porque provavelmente o senhor Deputado, que substituiu a senhora Deputada, assinou no nome da senhora Deputada e não rectificou o nome.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, afirmando que iria abster-se, por ter estado ausente na referida Assembleia.-----

--- Colocada à votação a **acta da décima Assembleia da CULT**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- **Votos a favor – 29;**-----

--- **Abstenções - 6.**-----

---- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Isabel Almeida (BE)**, dizendo que se absteve por não ter estado presente na referida sessão.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, dizendo que se absteve por não ter estado presente na referida sessão.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado António Figueiredo (PSD)**, dizendo que se absteve por não ter estado presente na referida sessão.-

--- --- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que se absteve por não ter estado presente na referida sessão.-----

--- Seguiu-se um intervalo da sessão da Assembleia da CULT.-----

--- Depois de retomados os trabalhos, passou-se ao **primeiro ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, remetendo os senhores Deputados para o documento escrito que lhes tinha sido entregue e que espelhava a actividade da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Osório (CDU)**, mencionado o passeio pedonal que foi feito entre Almeirim e Alpiarça, na Vala Real. Sendo

uma obra da CULT, informou que passou lá uns dias antes e que estava intransitável. Na opinião do senhor Deputado, era de bom-tom que fosse possível efectuar a sua manutenção. Lembrou que no Inverno, eram também criadas algumas brechas em vários sítios do local. Referiu que no relatório de actividades não foi considerada intervenção nenhuma.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, afirmando que no presente dia tinha havido uma reunião com o empreiteiro que fez a obra referida pelo senhor Deputado. Disse que não teve possibilidade de estar presente na reunião, mas nela estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e o senhor Administrador Executivo da CULT. Na reunião foram discutidas as condições para que fosse feita a recomposição dos locais que estão degradados e a sua conservação permanente, que iria ser assumida pelo empreiteiro que fez a obra.-----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se de seguida ao **segundo ponto da Ordem de Trabalhos - Águas do Ribatejo – Ponto de Situação**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, explicando que sendo o processo Águas do Ribatejo tão importante para todos os municípios representados, considerou a Mesa da Assembleia importante que se pudesse incluir no período da Ordem do Dia um ponto para se fazer o ponto da situação do projecto. Solicitou, assim, o senhor Presidente da Junta da CULT que pusesse os senhores Deputados a par das últimas diligências efectuadas no âmbito do referido processo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, lembrando que o grupo de municípios que inicialmente tinha lançado o concurso para a selecção do parceiro privado para a constituição da empresa Águas do Ribatejo, com nove municípios, entretanto passou a sete, na medida em que Santarém e o Cartaxo fizeram as suas opções. Lembrou também que na última sessão da Assembleia, a Junta da CULT tinha afirmado

que estava a ser feito um estudo de viabilidade económica para constituir a empresa Águas do Ribatejo com os sete municípios, que tinham continuado com o espírito inicial. Esse estudo foi feito e aprovado pelos sete municípios e foi objecto de uma recandidatura, que a CULT apresentou no dia 15 de Junho no Fundo de Coesão. No momento actual, essa recandidatura aguardava a análise do Fundo de Coesão, para se poder saber se ela viria a ser aprovada ou não pela Unidade de Gestão daquele Fundo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pernes (CDU)**, afirmando que a sua intervenção poderia parecer contraditória em relação à sua votação nas últimas Assembleias, no que toca às Águas do Ribatejo. Contudo, afirmou que a sua opinião pessoal, que era também a da CDU, era concordar com o novo projecto, ou seja, o projecto das Águas do Ribatejo com capitais exclusivamente públicos. Lembrou que houve, na parte das Assembleias Municipais, posições tomadas, a maior parte delas por unanimidade, que tiveram a ver com a coerência de posições e que o levaram a votar, bem como ao seu camarada Júlio Rosado, de certa forma em dissonância com a posição política da CDU. O senhor Deputado referiu que esta questão estava ultrapassada em toda a bancada, dado que a bancada da CDU na Assembleia da CULT considerava que com o novo projecto estão assegurados tarifários mais reduzidos e de certa forma estão mais defendidos os consumidores. Um dos objectivos da CDU é colocar a água, quer em alta quer em baixa, muito mais acessível a quem precisa dela. Por outro lado, afirmou que a CDU sabia que o privado tem apetência pelo lucro e poderá entrar aos poucos, mais tarde, neste projecto, estando por isso a CDU atenta àquilo que vier a acontecer. Terminou a sua intervenção reafirmando que o novo projecto era melhor.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, afirmando que, dado que o anterior projecto Águas do Ribatejo a nove municípios tinha sido anulado, tinha alguma dúvida que o novo projecto a sete municípios não tivesse que vir à Assembleia da CULT para ser aprovado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa**

Gomes (PS), dizendo que no projecto inicial a CULT também entrava com um lote de participação no capital da empresa. No novo projecto, entrariam apenas sete municípios que fazem parte da CULT. Portanto, tratar-se-á de uma empresa, na composição do seu capital, diferente da primeira versão.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, questionando se esses sete municípios iriam entrar no projecto como membros da CULT ou como municípios. Questionou também se, no último, caso a CULT estaria fora do projecto Águas do Ribatejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, dizendo que a CULT titulava o projecto. No entanto, não participava no seu capital.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Junta da CULT, Joaquim Luís Rosa do Céu (PS)**, afirmando que a CULT assumia a candidatura numa fase transitória, até à constituição da empresa. O projecto nunca foi um projecto da CULT. Foi feito pela CULT e a CULT assumi-lo-á transitoriamente até à constituição da empresa. O cenário será, por isso, exactamente o mesmo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, referindo que no projecto inicial 51% da empresa pertenceria aos municípios e 49% ao parceiro privado. A CULT participava no capital social da empresa, no sentido de se fazer representar na Assembleia-Geral da empresa, representando os 51% de capital. Ou seja, porque havia um parceiro privado, a CULT entrava com uma pequena verba residual, para representar nas Assembleias-Gerais da empresa os 51% de capital. Tudo isto para não haver aquele problema que alguns referiam, de que bastava um município associar-se ao privado e alterava a composição do capital. No novo projecto, como se trata de uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a CULT não entra no capital social da empresa. O capital vai ser subscrito exclusivamente por cada um dos municípios.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Luísa Pato (PSD)**, afirmando que entendia assim como será o novo modelo.-----

--- Passou-se de seguida ao **terceiro ponto da Ordem de Trabalhos -
Apreciação e Votação da Primeira Revisão do Orçamento e Grandes
Opções do Plano.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa
Gomes (PS)**, informando estar a CULT em cumprimento de um preceito legal,
que era a inclusão do saldo da gerência anterior. Chamou a atenção dos
senhores Deputados para o facto de se estar a reforçar mais uma vez um
projecto que é comum a todos os municípios, sendo ele a sinalização turística
dos vários municípios da Lezíria do Tejo, numa candidatura que se esperava
ser aprovada através do Programa Valtejo. Pelo menos havia abertura para
isso. Para além disto, se houvesse mais dúvidas por parte dos senhores
Deputados, o senhor Presidente da Junta da CULT solicitou à senhora
Presidente da Assembleia da CULT que fosse o senhor Administrador Executivo
a esclarecê-las.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Almeida (BE)**, pretendendo ser
esclarecida sobre a oferta que inserida no projecto de reparação e beneficiação
do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, de 150 mil Euros. Questionou se tal
impunha a abertura de concurso público e, genericamente, a que obras de
reparação se referem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António
Torres**, explicando que o Centro de Serviços da Lezíria do Tejo era o edifício
onde se encontravam naquele momento. Lembrou que numa das últimas
Assembleias, que decorreu no Inverno, já existiam infiltrações no telhado, onde
terá que se fazer uma impermeabilização correcta. Os terraços também já não
estão em muito boas condições. Referiu ainda que já passou a garantia da obra,
que data de 1999, portanto a verba apresentada será para efectuar essas
obras.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Almeida (BE)**, duvidando que
a impermeabilização da cobertura do edifício custasse 150 mil Euros.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, dizendo esperar que não custe tanto. Referiu que quanto menos se gastar na recuperação do edifício melhor. A verba está orçamentada. Depois, em termos de execução orçamental, disse esperar que seja um valor menor.-----

--- Submetida à votação a **Primeira Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 30;-----

--- Abstenções: 1 (PS).-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Pedro Malaca (BE)**, manifestando o seu agrado pela forma como os documentos da Assembleia da CULT foram distribuídos, ou seja, via Internet. Disse tratar-se de um meio facilitador e havia que reconhecer esse trabalho.-----

--- Após reunião de elementos de todas as forças políticas, para se chegar a um texto final no âmbito do Voto de Protesto do PSD, e após distribuição do novo documento transformado em Recomendação, submetido à votação o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, saudando a forma como os senhores Deputados chegaram a um consenso relativamente ao documento. A senhora Presidente disse estar certa que o mesmo iria ser muito mais útil na ajuda que a Assembleia da CULT tem e deve dar ao senhor Presidente da Junta da CULT, para que ele possa apresentar esta preocupação e fazer as diligências necessárias para que o assunto seja rapidamente resolvido. Agradeceu também aos senhores deputados e à Junta da CULT, bem como a todos os presentes, a colaboração de todos. Deixou ainda o pedido de se poderem trazer as moções sempre bem estruturadas, porque facilitava imenso o trabalho e poupava algumas horas de discussão, sem se perder o mérito da iniciativa e da força política que tomava a iniciativa. Nestes assuntos que são assuntos determinantes para a vida dos

municípios da Lezíria, só se terá a lucrar com o conciliar de algumas posições. Agradeceu novamente a colaboração de todos e desejou bom trabalho até à próxima sessão.-----

--- Não se verificando a existência de intervenções por parte do público presente, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE_____

---O VICE PRESIDENTE_____

---O VICE PRESIDENTE_____